



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM ESTADO DE MINAS GERAIS

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**REF:** O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 014/2022 que “Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento e a implantação de rádio-base, estação rádio-base e estação rádio-base de pequeno porte no Município, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pelo órgão federal competente”, de autoria do Poder Executivo.

### **PARECER**

O Projeto de Lei em epígrafe recebeu da Procuradoria desta Câmara análise técnico-jurídica pela **legalidade** e **admissibilidade** da matéria, com ressalvas.

A proposição em análise dispõe sobre normas específicas para o licenciamento e a implantação de rádio-base, estação rádio-base e estação rádio-base de pequeno porte no Município, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pelo órgão federal competente, nos termos da Lei Federal nº 13.116/2015, e revoga a Lei Municipal nº 4.975/2018.

O Município possui competência para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, conforme art. 30 da Constituição da República de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Em simetria ao disposto na Carta Magna a Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 6º I, II, III VI e VII e 182 II, estabelecem a competência do município para tratar de assuntos de interesse local, promover o ordenamento territorial e das atividades urbanas:

Art. 6º Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que lhe couber;

III - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante:



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) elaboração do Plano Diretor;
- b) planejamento e controle do uso e ocupação do solo;
- c) estabelecimento de normas e controle do parcelamento do solo;
- d) estabelecimento de normas de edificação.

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

VI - promover o ordenamento das atividades urbanas, mediante:

- a) estabelecimento de normas e posturas municipais;
- b) concessão de licença para localização e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e quaisquer outros;
- c) estabelecimento das condições e dos horários de funcionamento das atividades;
- d) fiscalização e exercício de poder de polícia administrativa, fazendo cessar as atividades que violem as normas de interesse da coletividade;
- e) fiscalização da produção, da conservação, do comércio e do transporte de gênero alimentício e produto farmacêutico destinados ao abastecimento público, bem como de substância potencialmente nociva ao meio ambiente, à saúde e ao bem-estar da população.

VII - estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;

Art. 182 - São instrumentos da Política Urbana, entre outros:

(...)

II - legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, de edificação e de postura;

A Lei Federal 13.116/2015 alterou a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 e estabeleceu que as prestadoras de serviços de telecomunicações devem obedecer às normas municipais no que se refere à construção civil:

Art. 74. A concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia e às leis municipais, estaduais ou distritais relativas à construção civil.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Contudo ainda tramita no Supremo Tribunal Federal tema 919 de repercussão geral, que tem por objetivo decidir acerca da competência dos Municípios para a instituição de taxas de fiscalização e licenciamento em atividades inerentes ao setor de telecomunicações, cuja competência legislativa e para a exploração é exclusiva da União. Desta forma a Procuradoria desta Casa orientou pela supressão se alguns itens da proposição e esta Comissão acatou a sugestão de emenda ao projeto:

**EMENDA 001:**

Art. 1º - Ficam suprimidos os parágrafos 1º ao 6º do art. 15 e o art. 16 do Projeto de Lei nº 014/2022.

Esta Comissão, em igual modo, acompanha a orientação do especialista e conclui pela **admissão** do Projeto de Lei nº 014/2022

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 2022.

**DAISY DANIELA DE BARROS DA SILVA – “DAISY SILVA”**  
**PRESIDENTE**

**GLÓRIA DE FÁTIMA LOPES PENA – “GLÓRIA DA APOSENTADORIA”**  
**VICE-PRESIDENTE**

**ARNALDO LUIZ DE OLIVEIRA – “ARNALDO DE OLIVEIRA”**  
**RELATOR**

**DANIEL FLÁVIO DE MOURA CARVALHO – “DANIEL CARVALHO”**  
**PRESIDENTE SUPLENTE**

**RONALDO PAULO DA SILVA – “RONALDO BABÃO”**  
**VICE-PRESIDENTE SUPLENTE**

**HUGO OTÁVIO DA COSTA VILAÇA – “HUGO VILAÇA”**  
**RELATOR SUPLENTE**